

Estratégia para a dívida divide ex-negociadores

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo - Divisão de posições e de opiniões: esse é o quadro interno no País entre os especialistas em dívida externa brasileira no momento em que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está nos Estados Unidos tentando fechar um acordo de médio prazo com os credores, levando como garantia brasileira a boa vontade já manifestada no depósito de 350 milhões de dólares referentes à parte dos juros de janeiro.

“Vamos ver se essa mudança de estilo dá certo”, afirma o ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao comentar a decisão do Governo brasileiro de fazer um depósito de juros, extinguindo na prática a moratória decretada em abril de 87, mesmo sem garantias de que o gesto terá retorno por parte dos banqueiros. Bresser ainda acredita que o Governo brasileiro mantém a negociação nas bases em que definiu na época em que era ministro, mas admite que o depósito sem garantias pode levar a nenhum lugar.

Para Bresser, o Governo brasileiro continua com sua proposta de cinco pontos: financiamento de parte dos juros, com desembolso por parte dos banqueiros; redução das taxas de spread, um teto para os juros, definição do desembolso dos bancos e a securitização da dívida de longo prazo. Segundo ele a última reunião do FMI, em setembro de 87, serviu para a lembrança da necessidade de redução da dívida através de um desconto de cerca de 50 por cento. Admitiu porém que os bancos privados recusam-se a reconhecer a necessidade do desconto, mas acham que será inevitável porque criaram um mercado secundário onde esse desconto aparece com toda a clareza.

Bresser defende negociações exaustivas com os banqueiros, mas prega um limite para as conversações. “Alguma hora as conversas têm que acabar. Nosso prazo nas negociações com os banqueiros seria dia 29 de janeiro, mas eu saí antes do ministério”, afirmou, acrescentando que o País dispunha de uma arma importante nesse contencioso: “A nossa arma era não pagar e a segunda etapa do plano seria dizer como iríamos pagar”.

O ex-ministro do Planejamen-

to do Governo Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, entretanto, é partidário de uma negociação normal com os credores, descartam a moratória, cujo preço na sua opinião foi o de tornar a economia brasileira de alto risco, quase marginal, no sistema mundial. “E em todas as relações econômicas passou a haver má vontade contra o País”. Para a normalização das relações com os banqueiros, Velloso defende pagamento de juros no limite de um valor compatível, com razoável crescimento e salvaguardas que, devem ser estabelecidas, principalmente quanto à ocorrência de recessões mundiais. “Um cuidado a observar - diz o ministro - é o que refinanciamento parcial de juros não deve levar a dívida a crescer acima dos aumentos das exportações. Possivelmente algum tipo de acordo com o FMI terá de ser feito, mas em bases diferentes de 82/83, sem cartas-compromisso, sem metas internas trimestrais e com expansão do PIB”, disse.

Quanto ao futuro da dívida, Reis Velloso acredita que a solução é transformar toda a dívida em títulos de longo prazo, de 25 a 30 anos, a taxas de juros fixas, para servi-los pela tabela price ou seja, com um valor da prestação fixo em dólares, dentro da capacidade do País. Segundo o ex-ministro o sistema seria próximo ao do nosso SFH, no qual o mutuário paga suas prestações de acordo com sua capacidade de obter rendimentos. Para operacionalizar esse sistema ele acredita que podem ser usadas conversões em investimentos, dentro de certos limites, além de operações como a do México e novas e múltiplas formas de securitização.

No mercado financeiro, porém, as expectativas com a negociação da dívida são de bons resultados, especialmente em função eventual retomada de empréstimos externos para o País. Na avaliação do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, se for fechado um acordo, haverá repercussões no mercado acionário, já influenciado fortemente no último mês pela autorização do Banco Central de constituição de fundos para conversão da parte da dívida. Por esse esquema, acrescentou, será possível a entrada de novos recursos no País em 88, em torno de 2 bilhões de dólares, um terço dos quais no mercado de ações.